

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE CAXIAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E FILOSOFIA

MARIA ELIZABETH VIEIRA SOUSA

**SOCIOLOGIA E O NOVO ENSINO MÉDIO: O IMPACTO DOS LIVROS
DIDÁTICOS NA FORMAÇÃO CRÍTICA DOS ESTUDANTES**

CAXIAS-MA

2025

MARIA ELIZABETH VIEIRA SOUSA

**SOCIOLOGIA E O NOVO ENSINO MÉDIO: O IMPACTO DOS LIVROS DIDÁTICOS
NA FORMAÇÃO CRÍTICA DOS ESTUDANTES**

Monografia apresentada ao Curso de
Ciências Sociais da Universidade
Estadual do Maranhão para o grau de
licenciatura em Ciências Sociais

Orientadora: Profa. Ma. Gleiciane
Brandão Carvalho

CAXIAS-MA

2025

S725s Sousa, Maria Elizabeth Vieira

Sociologia e o novo ensino médio: o impacto dos livros didáticos na formação crítica dos estudantes / Maria Elizabeth Vieira Sousa. __Caxias: Campus Caxias, 2025.

43f.

Monografia (Graduação) – Universidade Estadual do Maranhão – Campus Caxias, Curso de Licenciatura em Ciências Sociais.

Orientador: Profª. Ma. Gleiciane Brandão Carvalho.

1. Livro didático. 2. Novo ensino médio. 3. PNLD. 4. Sociologia.
I. Título.

CDU 316:373.5

MARIA ELIZABETH VIEIRA SOUSA

**SOCIOLOGIA E O NOVO ENSINO MÉDIO: O IMPACTO DOS LIVROS DIDÁTICOS
NA FORMAÇÃO CRÍTICA DOS ESTUDANTES**

Monografia apresentada ao Curso de
Ciências Sociais da Universidade
Estadual do Maranhão para o grau de
licenciatura em Ciências Sociais

Orientadora: Profa. Ma. Gleiciane
Brandão Carvalho

Aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA



Documento assinado digitalmente
GLEICIANE BRANDAO CARVALHO
Data: 04/02/2025 15:28:26-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Ma. Gleiciane Brandão Carvalho (Orientadora)

UEMA



Documento assinado digitalmente
PABLO ANDREY DA SILVA SANTANA
Data: 04/02/2025 15:23:12-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Me. Pablo Andrey da Silva Santana (UEMA)



Documento assinado digitalmente
ELIZETE SANTOS
Data: 04/02/2025 20:19:19-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dra. Elizete Santos (UEMA)

Dedico este trabalho a Deus e aos meus pais,
Ana Francinete e Hermógenes de Sousa, que
foram peças fundamentais durante minha
graduação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por minha vida e pelo entendimento pra entender que antes de chegar no propósito é necessário passar pelo processo e foi Deus quem me deu criatividade e sabedoria para chegar até aqui. A chuva cessou e se foi, o tempo de cantar chegou.

Agradeço aos meus pais Ana Francinete e Hermógenes de Sousa, minhas irmãs, meu noivo Rubens, meus amigos os “escolhidos” e aos meus líderes, que me deram motivação e entenderam quando precisei me ausentar.

Agradeço aos meus professores que foram peças fundamentais para o desenvolvimento do meu aprendizado e formação e em especial a professora a Gleiciane Brandão Carvalho, minha orientadora.

RESUMO

Com as recentes mudanças estabelecidas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o ensino de Sociologia passou por reconfigurações que impactam diretamente a organização curricular e a elaboração dos materiais didáticos. Este trabalho busca compreender como os livros didáticos de Sociologia refletem as diretrizes da BNCC e se adequam às novas demandas formativas, com foco na interdisciplinaridade, no protagonismo estudantil e na preparação para os itinerários formativos. Observa-se, que após a reforma do Novo ensino médio, a interdisciplinaridade tem sido uma realidade no ambiente escolar maranhense, através da coleção Multiversos, dessa forma. Por meio de uma análise bibliográfica de publicações disponíveis, a monografia discute os desafios e as potencialidades do ensino de Sociologia, a partir do livro didático, para a formação cidadã e crítica dos estudantes do Novo Ensino Médio.

Palavras-chave: Livro didático; Novo Ensino Médio; PNLD; Sociologia.

ABSTRACT

With the recent changes established by the National Common Curricular Base (BNCC), Sociology teaching has undergone reconfigurations that directly impact the curricular organization and the development of teaching materials. This work seeks to understand how Sociology textbooks reflect BNCC guidelines and adapt to new training demands, with a focus on interdisciplinarity, student protagonism and preparation for training itineraries. It is observed that after the reform of the New high school, interdisciplinarity has been a reality in the Maranhão school environment, through the Multiversos collection, in this way. Through a bibliographical analysis of available publications, the monograph discusses the challenges and potential of teaching Sociology, based on textbooks, for the civic and critical training of New High School students.

Keywords: Textbook; New High School; PNLD; Sociology.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. A HISTORICIDADE E A FUNÇÃO SOCIAL DO LIVRO DIDÁTICO NO BRASIL	13
2.1 MODIFICAÇÕES AO LONGO DO TEMPO: ANÁLISE SOBRE OS PRINCÍPIOS NORMATIVOS	17
2.2 A DISCIPLINA DE SOCIOLOGIA AO LONGO DO TEMPO.....	20
2.3 O LIVRO DIDÁTICO DE SOCIOLOGIA E SUAS MODIFICAÇÕES.....	27
3. O LIVRO DIDÁTICO NO ENSINO MEDIO: UMA ANÁLISE DO ENSINO DE SOCIOLOGIA.....	33
3.1 ANALISE DA COLEÇÃO MULTIVERSOS E A DISCIPLINA DE SOCIOLOGIA	37
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
REFERÊNCIAS	44

1. INTRODUÇÃO

O livro de didático é um instrumento que auxilia tanto os docentes como discentes dentro e fora da sala de aula, o livro é um instrumento de divulgação de ideias, crenças, valores, culturas e conceitos. O livro didático, de acordo com Stray (1993), como um produto cultural composto, híbrido, que se encontra no "cruzamento da cintura, da pedagogia, da produção editorial e da sociedade" (1993, apud Freitas e Rodrigues 2007).

Desde 2009, com a promulgação da Lei nº 11.684 de 2008, a disciplina de Sociologia se tornou obrigatória no currículo proposto para o Ensino médio no Brasil. Se entende que a relevância da Sociologia na educação básica reside, entre outros aspectos, sua capacidade de estimular os jovens estudantes a pensarem de forma crítica a realidade social na qual estão inseridos, além dos moldes traçados pelo senso comum.

Os conhecimentos de Ciência política, Antropologia e Sociologia, abrangidos pela disciplina, cumprem o papel de oferecer aos jovens recursos para que entendam o funcionamento complexo e dinâmico da sociedade e, conseqüentemente, preparar eles para atuarem de forma autônoma frente a um cenário de sucessivas mudanças.

A Lei 9.394/96 afirma como um dos propósitos principais do Ensino Médio a edificação da cidadania do educando, evidenciando, assim, a relevância do ensino da Sociologia no Ensino Médio. Sabendo que o conhecimento sociológico tem como funções básicas investigar, identificar, descrever, classificar, interpretar e explicar todos os fatos que estão relacionados à vida social, logo permite instrumentalizar o aluno para que ele possa descobrir a complexidade da realidade social.

Assim, pela via do conhecimento sociológico sistematizado, o educando poderá desenvolver uma postura mais reflexiva e crítica diante da compreensão do mundo moderno. Ao entender melhor a dinâmica da sociedade em que vive, poderá se perceber como elemento ativo, dotado de força política e capacidade de transformar e, até mesmo, permitir, através do exercício pleno de sua cidadania, mudanças estruturais que apontem para um modelo de sociedade mais justo e solidário.

O ensino da Sociologia no Ensino Médio também deve fornecer instrumentais teóricos para que o discente compreenda o processo de mundialização do capital, em correspondência com as constantes revoluções tecnológicas. O desenvolvimento amplo que acabou gerando um reordenamento nas dimensões políticas e socioculturais.

Depois de uma longa luta da sociologia nos componentes curriculares, a presença da disciplina é mais uma vez abalada com uma nova reforma no Ensino médio. A Lei de nº 13.415/2017 altera a Lei nº 9.394/1996 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e reconstituiu novas categorias para os componentes curriculares. Nesta situação, a Sociologia foi integrada à área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, juntamente com a filosofia, história e geografia. Neste Novo Ensino Médio, as quatro disciplinas passam a andar em conjunto dentro não se tratando mais como disciplina, mas sim como áreas.

O PNLD no ano de 2021 juntamente com a Base Comum Curricular-BNCC em acordo, mudaram a visão dos novos Livros Didáticos. Assim como as disciplinas foram afetadas, os Livros didáticos também acabaram sendo afetados por essa nova reforma, onde as quatro disciplinas Sociologia, Filosofia, Geografia e História, passam a pertencer a um único Livro didático, portanto a divisão é feita por conteúdos e não mais por disciplinas, o que causou uma certa perda em alguns conteúdos das disciplinas citadas inclusive da Sociologia.

Esta pesquisa tem como objetivo geral compreender o impacto que o Novo Ensino médio tem causado aos livros didático na disciplina de sociologia e como os conteúdos da disciplina de Sociologia tem sido repassada aos discentes e docentes.

Identificar e avaliar o livro didático na disciplina de sociologia após a reforma do Novo ensino médio, apresentar a importância dos conteúdos para a sociedade e aos jovens no Novo Ensino Médio. Descrever a importância dessa disciplina e o impacto que ela tem na sociedade.

Portanto, a justificativa para a realização deste trabalho reside na necessidade de aprofundar a importância do Livro didático e o conhecimento que o Livro didático na disciplina de Sociologia pode ser repassado em benefício da sociedade. Os conteúdos do Livro Didático de Sociologia repassados da melhor maneira, não facilitam, ou beneficiam apenas aos docentes em sala de aula, mas ajudam a construir uma postura mais reflexiva e crítica ao indivíduo, pra que este

consiga exercer melhor sua cidadania e ajude nas mudanças necessárias pra sociedade em que está inserido. O presente trabalho foi realizado através de uma pesquisa bibliográfica, que consiste na apresentação do Livro Didático na disciplina de Sociologia após o Novo Ensino Médio. Na realização desta pesquisa foram usados livros, artigos, sites do PNLD e reportagens sobre o Livro Didático antes e depois do novo ensino médio.

O este trabalho, em primeiro lugar, apresenta o livro didático, sua historicidade, e as funções sociais do livro no Brasil, dando seguimento as modificações sofridas pelo livro didático ao longo do tempo. Entrando na questão seguinte que é a disciplina de sociologia ao longo do tempo, nesse tópico está apresentada a importância da disciplina de sociologia na construção do pensamento crítico, em seguida o texto discorre sobre o livro didático na disciplina de sociologia e as modificações do livro didático nessa disciplina.

No texto é abordado a diferença em que o livro didático de sociologia sofreu com a reforma do novo ensino médio, que começou a ser aplicada nas escolas no ano de 2021 com a participação do PNLD e a parceria da BNCC, trazendo ao ensino médio a realidade da interdisciplinaridade. Fazendo assim uma análise do livro didático no ensino médio no ensino de sociologia, por fim, é apresentada uma análise de uma das coleções lançadas pelo PNLD, a coleção de livros didáticos do Multiversos, essa coleção reúne em um único livro os assuntos abordados pelas quatro disciplinas das Ciências Humanas Sociais e Aplicadas: sociologia, história, geografia e filosofia.

2. A HISTORICIDADE E A FUNÇÃO SOCIAL DO LIVRO DIDÁTICO NO BRASIL

O livro de didático é um instrumento que auxilia tanto os docentes como discentes dentro e fora da sala da aula, o livro é um instrumento de divulgação de ideias, crenças, valores, culturas e conceitos. O livro didático, de acordo com Stray (1993), como um produto cultural composto, híbrido, que se encontra no "cruzamento da cintura, da pedagogia, da produção editorial e da sociedade" (1993, apud Freitas e Rodrigues 2007). Na conjuntura escolar o livro exerce muita influência na vida do dia a dia dos docentes e discentes.

A origem do livro didático está na cultura escolar; mesmo antes da invenção da própria imprensa no final do século XV. No período em que os livros eram escassos, os próprios estudantes europeus confeccionavam seus cadernos com textos. Com a chegada da imprensa os livros começaram a se tornar os primeiros produtos a serem feitos em séries e, aos longos do tempo livro foi tendo uma concepção de "fiel depositário das verdades científicas universais" o livro foi se solidificando e com o passar do tempo (GATTI júnior, 2004, p.36).

Por vezes, alguns podem considerar o livro didático apenas como um objeto banal, porém os livros didáticos escolares exercem quatro funções: referencial, instrumental, ideológica e cultural, documental, que se tornam essenciais e que podem diversificar especialmente o ambiente sociocultural, o período, as disciplinas, os níveis de ensino, os métodos e as formas de serem utilizados.

Função referencial, que também pode ser classificada como curricular ou programática, desde que existia programas de ensino: o livro didático é então apenas a fiel tradição do programa ou, quando se exerce o livre jogo da concorrência, uma de suas possíveis interpretações. Mas, em todo o caso, ele constituiu o suporte privilegiado dos conteúdos educativos, o depoimento dos conteúdos educativos, o depositário dos conhecimentos, técnicas ou habilidades que um grupo social acredita que seja necessário transmitir às novas gerações.

Função instrumental: nessa o livro didático põe em prática métodos de aprendizagem, propõe exercícios a aquisição de competências disciplinares ou transversais, a apropriação de habilidades, de métodos de análise ou de resolução de problemas entre outros.

Função ideológica e cultural: essa é a função mais antiga. A partir do século, com a constituição dos estados nacionais e combo desenvolvimento, nesse contexto, dos principais sistemas educativos, o livro didático se afirmou como um dos vetores essenciais da língua, da cultura e dos valores das classes dirigentes. Instrumento privilegiado de construção de identidade, geralmente ele é reconhecido, assim como a moeda e a bandeira, como um símbolo da soberania nacional e, nesse sentido, assume um importante papel político. Essa função, que tende a aculturar e, em certos casos, a doutrinar as jovens gerações,

pode se exercer de maneira explícita, até mesmo sistemática e ostensiva, ou, ainda, de maneira dissimulada, sub-reptícia, implícita, mas não menos eficaz.

Função documental: se acredita que o livro didático pode fornecer, sem querer que sua leitura seja dirigida, um conjunto de documentos, textuais ou icônicos, cuja observação ou confrontação podem vir a desenvolver o espírito crítico do aluno. Essa função surgiu muito recentemente na literatura escolar e não é universal: só é encontrada afirmação que pode ser feita com muitas reservas em ambientes pedagógicos que privilegiam a iniciativa pessoal da criança e visam a favorecer sua autonomia, supõe, também, um nível de formação elevado dos professores.

O livro didático no Brasil, com algumas exceções é, grosso modo, um material organizado por editoras, que estrutura o trabalho do professor, em termos de sequenciação dos conteúdos, de atividades didáticas e de sua distribuição segundo o tempo escolar e a seriação. É delimitado ao ambiente escolar. Batista (1996) atribui ao livro assim:

Trata-se de um livro efêmero, que se desatualiza com muita velocidade. Raramente é relido, pouco se retorna a ele para buscar dados ou informações e, por isso, poucas vezes é conservado nas prateleiras de bibliotecas pessoais ou de instituições: com pequena autonomia em relação ao contexto da sala de aula e à sucessão de graus, ciclos, bimestres e unidades escolares, sua utilização está indissoluvelmente ligada aos intervalos de tempo escolar e à ocupação dos papéis de professor e aluno. Voltado para o mercado escolar, destina-se a um público em geral infantil; é produzido em grandes tiragens, em encadernações, na maior parte das vezes, de pouca qualidade, deteriora-se rapidamente e boa parte de sua circulação se realiza fora do espaço das grandes livrarias e bibliotecas (Batista, 1996, p.529).

O livro didático é tido como um "livro menor", formado por autores e não por escritores e manuseado por usuários e não por leitores. No entanto, o livro didático ganhou mercado e se espalhou amplamente. O livro didático é hoje uma das principais influências do trabalho pedagógico, definindo sua finalidade e seu currículo esclarecendo abordagens metodológicas e quadros conceituais.

A questão do livro didático se envolve em um cenário conturbado da educação brasileira, que justifica a relação paradoxal que se estabelece entre o livro didático é a sociedade. Por um lado, o livro se vincula ao processo de profissionalização da atividade do professor e de sucateamento da escola

pública, e por outro lado, ele se refere a um dos mais importantes instrumentos de difusão de conhecimento do país.

O livro didático se envolve no processo de formação da identidade nacional, pois o livro didático é um material que pode ser usado para a didática do saber histórico através dos temas e conteúdos priorizados nos manuais didáticos, e das metodologias neles indicadas, através da perspectiva ideológica neles subjacentes. Os livros didáticos servem como instrumentos de reconstrução de identidades, porque apresentam uma certa imagem da sociedade a que se propõem formar.

O livro didático não é um simples espelho: ele modifica a realidade para educar as novas gerações, fornecendo uma imagem deformada, esquematizada, modelada, frequentemente de forma favorável: as ações contrárias à moral são quase sempre punidas exemplarmente; os conflitos sociais, os atos delituosos ou a violência cotidiana são sistematicamente silenciados. (Choppin, 2004, p.557)

A história do livro didático no Brasil foi marcada por uma sequência de decretos, leis e medidas governamentais. Pode-se afirmar que, oficialmente, é o Decreto-lei nº 1.006, de 10/12/38 (BRASIL, 1939), esse decreto estabeleceu as condições de produção, importação e uso de livros didáticos no Brasil.

Este decreto lei foi o primeiro a demonstrar preocupação oficial com o livro didático. A partir dele, o governo passou a ser responsável pela avaliação, compra e distribuição dos livros didáticos. que revela a primeira preocupação com esse material. A criação de órgãos como COLTED, CNLD, INL e FENAME são alguns dos exemplos efetivos que dizem respeito à construção das políticas sobre o livro didático, desde que passou para o âmbito governamental a responsabilidade de sua avaliação, compra e distribuição.

Assim, a partir de uma trajetória demasiadamente marcada pelos critérios estabelecidos pela ação governamental, os livros didáticos assumiram determinadas características de acordo com o contexto social, político e econômico, no qual a sociedade se insere em determinado momento histórico.

2.1 MODIFICAÇÕES AO LONGO DO TEMPO: ANÁLISE SOBRE OS PRINCÍPIOS NORMATIVOS

O livro didático tem sua trajetória marcada em algumas etapas começou no século XIX com a produção de materiais e se estendeu até a criação do PNLD- Programa nacional do livro didático em 1895.

O caminho para os livros didáticos, dicionários, obras literárias e livros em Braille chegassem até o ambiente escolar brasileiro teve início em 1929, com a existência de um órgão particular para legislar sobre políticas do livro didático, o Instituto Nacional do Livro (INL). Seu propósito era facilitar para a legitimação do livro didático nacional e, conseqüentemente, assessorar na ampliação de sua elaboração.

Em 1929 cria-se o Instituto Nacional do Livro (INL). O primeiro passo foi dado, porém, retardou algum tempo ainda para que o projeto fosse adiante, pois apenas no ano de 1934, no governo de Getúlio Vargas, que o INL começou a receber suas primeiras funções, como editar obras literárias para a formação cultural da sociedade, desenvolver uma enciclopédia e um dicionário nacionais e aumentar a quantidade de bibliotecas públicas.

Depois de quatro anos, em 1938 o livro didático entrou na pauta do governo, quando foi instituída por meio do Decreto- Lei nº 1.006, de 30/12/38 a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD) que estabeleceu a primeira política de legislação para tratar da elaboração, do controle e do fluxo dessas obras. Após indagações sobre a legitimidade desta comissão, no ano de 1944 o Estado consolidou a legislação sobre as condições de produção, importação e utilização do livro didático, restringindo ao processo a escolha do livro a ser utilizado pelos discentes, conforme definido no art. 5º do Decreto- Lei nº 8.460, de 26/12/45.

Em 1966 foi realizado um acordo entre o Ministério da Educação (MEC) e a Agência Norte- Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID) que permitiu a criação da Comissão do Livro Técnico Didático e Livro Didático (COLTED).

Esta comissão tinha como propósito direcionar as ações referentes a produção, edição e distribuição do livro didático, tinha a intenção também de entregar gratuitamente 51 milhões de livros no período de três anos. Em relação a este acordo ocorreram muitas críticas por parte de educadores brasileiros, pois

ao MEC e ao SNEL (Sindicato Nacional de Reitores de Livros) serviriam apenas o critério de execução e aos órgãos técnicos da USAID todo o controle.

Em seguida em 1971 houve o desaparecimento da COLTED e o fim do convênio MEC/USAID, o INL passou a avançar o Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (PLIDEF), assumindo as atribuições administrativas e de gerenciamento dos recursos financeiros.

Após 5 anos, em 1976, o INL foi extinto e a Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME) se tornou ponderado pelo movimento do PLIDEF. Por meio do decreto nº 77.107, de 4/02/76 o governo começou a compra dos livros com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e com as contribuições dos estados. Porém como os recursos não atingiram o esperado, não conseguiram beneficiar todos os discentes do ensino fundamental da rede pública, e a saída encontrada foi retirar desse programa a maior parte das escolas municipais.

Assim, permaneceu ocorrendo mudanças e no ano de 1983, em substituição a FENAME, foi construída a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), que introduziu várias programações de auxílio do governo, incluindo o PLIDEF. Houveram críticas e essa centralização da política assistencialista do governo, entre as acusações foram citadas a não distribuição dos livros didáticos nos prazos estabelecidos, a pressão política das editoras e o autoritarismo na escolha dos livros. Nesta época se propôs a presença dos professores na escolha dos livros e o crescimento do programa, com o envolvimento das demais séries do ensino fundamental. Se destaca que em alguns estados já era oferecido aos docentes a oportunidade de indicar e selecionar os livros didáticos que usariam.

Em 1985 o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) chegou pra trocar o PLIDEF, com a edição do decreto nº 91.54, de 19/9/85. Ele estabeleceu alterações significativas, e trouxe diversas mudanças, como, algumas dessas mudanças foi a Indicação do livro didático pelos professores, agora os professores poderiam participar da escolha do livro; a reutilização do livro, implicando a abolição do livro descartável e o aperfeiçoamento das especificações técnicas para o seu desenvolvimento, visando maior durabilidade e proporcionando a introdução de bancos de livros didáticos; ampliação da proposta aos discentes de 1ª e 2ª série das escolas públicas e comunitárias; e a

extinção da atuação monetária dos estados, passando o controle do processo decisório para a FAE e garantindo a ponderação de escolha do livro pelos docentes.

Das diversas formas testadas pelos governantes para levar o livro didático à escola durante 67 anos (1929-1996), só com o desmonte da Fundação de Assistência ao estudante- FAE, em 1997, e com o afastamento integral da política de execução do PNLD para o FNDE é que se deu início a um desenvolvimento e entrega contínua e intensa dos livros didáticos.

O PNLD, tem como alvo o ensino fundamental público, envolvendo as classes de alfabetização infantil, e garante a gratuidade dos livros. De acordo com o programa cada discente acaba tendo o direito a um exemplar das disciplinas de matemática, língua portuguesa, geografia, história e ciências, de acordo com o ano letivo. Uma cartilha de alfabetização também é distribuída aos alunos do 1º ano.

A execução de análise pedagógica dos livros matriculados para o PNLD, como é cuidadoso hoje, foi iniciado em 1996 e enfrentou muitos aperfeiçoamentos. No tempo atual o apanhado da análise pedagógica pela qual os livros devem passar e as coleções que são distribuídas pelo Ministério da Educação é divulgada no Guia do Livro Didático, distribuindo ao ambiente escolar e também estendido de forma online.

Os livros são escolhidos pelos próprios docentes das escolas públicas em todo o país, por meio do Guia do Livro Didático, os professores tem a possibilidade de indicar de acordo com sua afinidade para serem desenvolvidos durante três anos, assim o livro só pode ser substituído no PNLD seguinte. Os professores que são da mesma disciplina devem entrar em um acordo em relação a escolha do livro, pois o livro será usado em todo o ambiente escolar.

O programa também se estende de forma inclusiva, pois existe Programa do Livro Didático a pessoa com deficiência em Braille. Dentro deste programa, os estudos com deficiência visual, ou cegos, do ensino fundamental das escolas públicas e escolas especializadas sem fins lucrativos se tornaram privilegiados, de forma constante, com exemplares em Braille. Em relação aos discentes com surdez das escolas de ensino fundamental e médio, foi desenvolvido a compra e entrega, no ano de 2007, de dicionários trilíngues (libras, inglês e português). Aos discentes com surdez de 1º a 4º série, foram

oferecidos cartilha e livro de língua portuguesa em libras e em CD-ROM (FNDE, 2008).

Dada a sua importância, o livro didático é um amplo campo de pesquisa. Para entendê-lo, na sua função educacional, sua história e sua presença entrelaçada na vida social brasileira, é necessário considerar diferentes campos de estudo e privilegiar uma diversidade de fontes. Entre as produções existentes, a maioria tem como base a análise do próprio livro e de seus conteúdos. Os estudos analisam, fundamentalmente, seus discursos textuais e iconográficos, e de que forma difundem conhecimentos científicos atualizados ou ultrapassados.

O livro didático, é de suma importância e faz muita diferença na vida dos alunos e professores, é uma ferramenta de aprendizagem que deve ser valorizada pela sociedade, tem uma trajetória de intensas modificações. Através de seus programas em busca de melhorias se tornou até mesmo inclusivo e faz a diferença dentro do ambiente escolar.

De modo geral, o livro didático tem sido desvalorizado depois de seu uso imediato por cumprir uma função específica na vida dos indivíduos, ou seja, por ser intrínseco ao contexto escolar, tornando-se descartável e sem valor fora de seu contexto original. Todavia, para uma pessoa que valoriza a educação, que tem sua vida profissional ligada ao magistério, o livro didático ganha em sua memória outra coloração.

2.2 A DISCIPLINA DE SOCIOLOGIA AO LONGO DO TEMPO

A sociologia surgiu na Europa no século XIX, como uma disciplina acadêmica separada de outras, a partir do trabalho de pensadores como Auguste Comte, Émile Durkheim e Max Weber. A sociologia surgiu em um momento histórico de grandes mudanças, uma ciência que se propunha a estudar os fenômenos sociais, até então novos e que eram responsáveis por criar situações caóticas na Europa. Enquanto a Europa passava por um período de transição sistêmica no qual o feudalismo decadente cedia espaço para o modelo capitalista, um caos social fora criado. Os burgos eram substituídos por um novo modelo de agremiação social. Foram impulsionadas, ainda, pelo surgimento de duas grandes revoluções: a industrial e a francesa que

estimularam a divisão da sociedade em duas classes distintas: a burguesia que detinha os meios de produção e o proletariado responsável pela mão de obra.

No Brasil, a sociologia foi introduzida no ensino secundário entre 1925 e 1942, e nos cursos normais entre 1928 e 1971. A Reforma Capanema de 1942 retirou a obrigatoriedade da disciplina, mas manteve-a no curso normal. A Lei nº. 5.692, de 1971, excluiu a sociologia da formação de professores

Propor a escola que esclareça denominação e carga horária para os conteúdos das Ciências humanas sociologia, história, geografia e filosofia. Os conhecimentos dessas disciplinas são indispensáveis pra formação básica do cidadão, seja no que diz respeito aos principais conceitos e métodos com que operam, seja no que diz respeito a situações concretas do cotidiano social, tais como o pagamento de impostos ou o reconhecimento dos direitos expressos em disposições legais.

A partir dos anos 30 e 40 deste século, as Ciências Humanas no Brasil encontraram enorme renovação, com os trabalhos de Gilberto Freire, Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda e Fernando de Azevedo. Com a fundação da Universidade de São Paulo e a vinda de pesquisadores estrangeiros do porte de Roger Bastide, Claude Lévi-Strauss, Fernand Braudel, Jacques Lambert, Jean Tricart, dentre outros, tais estudos encontraram um campo fértil, dando origem a seguidas gerações de sociólogos, economistas, historiadores, antropólogos e cientistas políticos, que se dedicaram ao estudo da sociedade brasileira, em uma perspectiva de forte engajamento político, que acabaria esbarrando no enrijecimento da reação, no período que se seguiu a 1964.

Ao longo do processo de desenvolvimento das Ciências Humanas, as humanidades foram progressivamente superadas na cultura escolar. Porém, não foi só no Brasil que isso se deu. A História, a Sociologia, a Ciência Política, o Direito, a Economia, a Psicologia, a Antropologia e a Geografia, esta última, a meio caminho entre as Ciências Humanas e as Naturais contribuíram por toda a parte para a superação das humanidades clássicas. Em sua constituição, se voltaram para o homem, não com a preocupação de formá-lo, mas de compreendê-lo. Assim fazendo, passaram a circundar em torno de um mesmo objeto principal: o humano, explorado em todas as suas vertentes.

A caracterização desses estudos como ciências está profundamente ligada às transformações sofridas pelas sociedades modernas, a partir das

chamadas “Revoluções Burguesas” dos séculos XVIII e XIX, que introduziram novos paradigmas no campo da produção a indústria e do convívio social a democracia representativa. incorporando as determinações que as fizeram se desenvolver como ciências autônomas, a Sociologia traçou estratégias para ordenar e reordenar as novas relações sociais; a Ciência Política ocupou-se do poder, de como constituí-lo e regrá-lo; o Direito encarregou-se de construir um aparato legal e processos jurídicos para a conservação ou renovação da ordem social; Antropologia, em sua vertente etnográfica, lançou-se à descrição dos povos “exóticos”, que a expansão econômica e política das grandes potências capitalistas necessitava submeter.

No Brasil a institucionalização das Ciências Sociais aconteceu através do antigo curso normal e do curso secundário, quando ainda nas primeiras décadas do século XX, e não em cursos regulares de formação específica em Ciências Sociais. Em alguns países a sociologia foi introduzida como disciplina nas Faculdades de Direito, no Brasil foi através do ensino secundário. Todavia, a produção em Ciências Sociais já era existente com trabalhos em geral fruto de uma atividade de autodidatas, formados em disciplinas como Direito, Medicina, Engenharia, visavam as transformações e adversidades da sociedade brasileira. (Ferrari, 1983; Giglio, 1999; Meucci, 2000).

Os aprendizados de Antropologia e Sociologia contribuem igualmente para a construção da identidade social e, sem negar os conflitos, a convivência pacífica. Se dá especial destaque ao relativismo cultural oferecido pelas correntes antropológicas surgidas depois da Segunda Guerra Mundial, que protegem o direito de todos os povos e culturas compor sua organização própria, respeitando da mesma forma os direitos alheios.

Essa elaboração não ligada a uma organização acadêmica favoreceu a inserção da sociologia como disciplina do ensino secundário, tornando desenvolvimento de institucionalização da sociologia muito mais complexo que somente a inserção da Ciência Social na academia.

No final do século XX, em 1882, no Império, a disciplina foi proposta pela primeira vez pelo deputado Rui Barbosa em um intuito que versava sobre a reestruturação do ensino, no qual foi sugerida a inclusão da Sociologia no curso secundário com a nomenclatura "Elementos de Sociologia", precedida pelas

disciplinas "Noções de Economia Política" e "Noções da Vida Social". (Rêses, 2004, p.15).

Em um período em que a sociologia ainda se construía na Europa e nos Estados Unidos, o debate sobre a ideia do conhecimento sociológico já se iniciava no Brasil. Foi Augusto Comte usou o termo: Sociologia, em 1838, porém foi com Durkheim que a sociologia conseguiu ser inserida na universidade francesa, a Sorbonne, como disciplina acadêmica, no final do século XIX, mas, somente na década de 1950 a Sociologia se separou da filosofia e da moral pra construir um diploma específico (Queiroz, 1989)

Em 1891, após a proclamação da República, a sociologia foi exposta no Brasil através de Benjamin Constant, tendo sido criada a cátedra "Sociologia e Moral", a ser ministrada no sétimo e no último ano do ensino secundário, como uma síntese da evolução das ciências estudadas nos anos anteriores no ideário do Positivismo de Comte. A proposta não foi integralmente levada a cabo e a sociologia saiu do currículo em 1901 na Reforma Epiácio Pessoa, deixando de ser obrigatória no currículo da escola média, sem nem ter sido efetivamente oferecida em todo o sistema (Machado, 1987; Giglio, 1999; Santos, 2002; Moraes, 2003; Rêses, 2004; Tomazi, 2010).

A volta da sociologia no currículo do ensino secundário só aconteceu no ano de 1925, com a Reforma no período do ministro Rocha Vaz. Nesta reforma a sociologia passou a ser a estudada pelos candidatos ao curso superior na sexta série do curso ginasial e os seus conhecimentos são restritos às elites de bacharéis. Não era obrigatório para a conclusão do Ensino secundário para a inscrição em exames vestibulares, porém se caso o aluno chegasse a concluir aquela série, ele iria receber o título de bacharel em Ciências e Letras.

Reforma Rocha Vaz, que aconteceu no ano de 1925, como o início do período evidente de institucionalização e sistematização da ciência da sociedade de forma autônoma em relação às outras disciplinas; sendo o marco deste processo a implantação da disciplina de forma regular no principal educandário das elites brasileiras, o Colégio Pedro II, na cidade do Rio de Janeiro, durante o século XIX e parte do século XX. A Sociologia Geral e a Sociedade da Educação foram inseridas nos currículos na Reforma do Ensino de 1928; primeiramente, no Colégio Pedro II, na década de 1920, depois na Escola Normal Primária, em Recife e, em seguida, no Instituto de Educação Caetano de Campos em São

Paulo. Em 1931, as duas se tornaram gerais no currículo das Escolas Normais Primárias do país devido à reforma do ensino executada pelo então Ministro da Educação Francisco Campos (Queiroz, 1989).

A Reforma de 1931 formada por Francisco Campos, Ministro da Educação do governo Getúlio Vargas, conservou o caráter da disciplina de Sociologia no Ensino Secundário como preparatória para o Ensino Superior. O adolescente passava por uma formação básica de cinco anos e por outra complementar de dois anos. Esses dois anos se destinavam à preparação para o ingresso nas faculdades de Direito, Ciências Médicas, Engenharia e Arquitetura. A Sociologia compunha esse ciclo de formação complementar (Machado, 1987; Santos, 2002; Rêses, 2004).

No período de 1931 a 1941, como revela Meucci (2000), o conhecimento sociológico é parte das matérias obrigatórias para os exames de admissão aos cursos superiores. Os alunos candidatos a essas faculdades participavam das aulas de Sociologia nos cursos complementares, que duravam dois anos após o término do Ensino Secundário, a fim de se preparar para as avaliações de admissão. Essa reforma abarcou todo território nacional e não mais ficou destinada apenas ao sistema de ensino do Distrito Federal, como foram as reformas anteriores (Romanelli, 1987). A introdução da sociologia como disciplina indispensável para a formação de educadores está ligada, ao próprio movimento da Escola Nova, que tinha na década de 1920 e 1930, com muita repercussão no meio intelectual do Brasil.

Candido (2006) expõe que depois do ano de 1930 a sociologia entra no ensino secundário e superior como um instrumento de análise social e, em 1936, se tem os primeiros brasileiros com formação universitária sociológica realizada no próprio país. O período de 1930 e 1940 foi importante, pois considerada uma fase transitória para o atual período, no qual houve a consolidação e generalização da Sociologia como disciplina universitária e atividade socialmente reconhecida, com produção teórica, de pesquisa e de aplicação.

A criação da Escola Livre de Sociologia e Política, no Rio de Janeiro, em 1933, da Universidade de São Paulo e da Faculdade de Filosofia, em 1934, e da Universidade do Distrito Federal, hoje, UFRJ, em 1935, fez com que a Sociologia se vinculasse no sistema científico brasileiro. Vieram muitos docentes estrangeiros principalmente para a implantação da Universidade de São Paulo,

o que expandiu a produção sociológica e formou uma nova geração de sociólogos. Esta nova geração influenciou significativamente os rumos da disciplina

. A disciplina voltou a ser excluída do currículo na Reforma de Gustavo Capanema, em 1942, durante o regime autoritário de Getúlio Vargas, no Estado Novo. O propósito dessa reforma era desligar o Ensino Secundário do Ensino Superior, colocando a Sociologia enquanto disciplina mais de caráter preparatório do que formativo. Ela perde o caráter de disciplina e alguns dos seus conteúdos passam a integrar a proposta curricular de Filosofia no 3º ano do curso clássico (Machado, 1987; Santos, 2002).

No período de redemocratização, entre os anos de 1946 e 1964, a discussão sobre a reinclusão da Sociologia no Ensino Secundário aparece em diversos fóruns acadêmicos. Mesmo diante da intensificação dos debates em torno do ensino de Sociologia no sistema secundário, a primeira Lei de Diretrizes e Bases, promulgada em 20 de dezembro de 1961, não propôs a reinclusão dessa disciplina (Rêses, 2004).

Pelo ano de 1964, em viatura de uma nova orientação política que passou a dirigir o país, as intervenções e propostas para o sistema escolar passaram a priorizar a formação profissionalizante. As Ciências humanas, Sociologia e Filosofia acabaram sendo retiradas do ensino secundário. A ditadura militar trouxe grandes mudanças significativas, não apenas na parte política e social do país, mas também no sistema educacional. Apesar, do fechamento do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) em 1964 por conta do regime militar em 1969 ocorreu a cassação dos cientistas sociais na USP, assim como o impacto negativo da repressão aos universitários e nas condições de exercício profissional, a sociologia experimentou uma razoável expansão institucional dos cursos de Pós - Graduação criados e consolidados como centros de ensino e pesquisas, particularmente após a Reforma Universitários de 1969. Mesmo tendo um regime autoritário instaurado, ocorreu um aumento do número de graduações em Sociologia e Ciências Sociais (Liedkle Filho, 2005)

O ensino de sociologia foi excluído da educação básica pelo Regime militar, através do Decreto Lei nº 869 de 1968. Essas disciplinas foram substituídas por Organização Social e Política Brasileira (OSPB) e Educação

Moral e Cívica. Quando a ditadura chegou ao fim, docentes de sociologia começaram a articular em algumas universidades uma campanha pela retomada do ensino de Sociologia no Ensino médio. Em 1971, a lei nº 5.692, denominada Reforma Jarbas Passarinho, modifica a organização estrutural estabelecida pela Reforma Capanema (Santos, 2002).

Em 1980 as associações profissionais e sindicais de cientistas sociais, como professores de sociologia começaram a fazer campanhas pra que a disciplina de sociologia voltasse a fazer parte do ensino médio. Mais na frente, ainda em 1980, a Sociologia foi reconhecida como profissão com a Lei 6.888/80 (BRASIL 1980) Porém, a regulamentação só aconteceu depois de quatro anos.

Na década de 1980, com a Lei federal n. 7044/82 (Brasil, 1982) e a resolução SE/SP n. 262/83 (São Paulo 1983), se abriu a possibilidade de inclusão da Sociologia no 2º grau como disciplina optativa, e coube a direção de cada escola fazer a escolha em inserir a disciplina no currículo escolar. Isso acabou gerando a inclusão gradativa da disciplina no 2º graus e a atuação dos licenciados junto as escolas (Barbosa; Mendonça; Silva, 2007).

Em maio de 2008, o congresso nacional votou a Lei n. 11.684 de junho, que tornou obrigatória a disciplina de Sociologia nos três anos do Ensino Médio após quarenta anos de sua retirada pelo regime militar. A Lei 9.394/96 estabelece como uma das finalidades centrais do Ensino Médio a construção da cidadania do educando, demonstrando, a importância do ensino da Sociologia no Ensino Médio. Dispondo em vista que o conhecimento sociológico tem como funções básicas investigar, identificar, descrever, classificar e interpretar ou explicar todos os fatos que estão ligados à vida social, logo permite preparar o aluno para que possa decodificar a complexidade da realidade social em que ele está inserido.

Diante do exposto, a história da Sociologia na Educação Básica, conforme sintetizada por Santos (2002), pode ser dividida em três períodos: período de institucionalização da disciplina (de 1891 a 1941); período de ausência como disciplina obrigatória (de 1941 a 1981) e período de reinserção gradativa (de 1982 a 2001). Este processo é marcado pela sua intermitência, ora incluída, ora excluída, e pela fragilidade de sua permanência.

A Lei da Reforma prevê o aumento progressivo da carga horária total do Ensino Médio para 4.200 horas (Brasil, 2017, art. 24, I, §1º), sendo a parte destinada à contemplação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) limitada

a até 1.800 horas (BRASIL, 2017, art. 35-A, §5º). As 2.400 horas restantes serão destinadas ao cumprimento do itinerário formativo, escolhido entre as seguintes opções: I – linguagem e suas tecnologias; II – matemática e suas tecnologias; III – ciências da natureza e suas tecnologias; IV – ciências humanas e sociais aplicadas; V – formação técnica e profissional.

Apesar de o governo federal, através de propagandas midiáticas, divulgar a ideia de que caberá aos estudantes a escolha do itinerário formativo que deseja cursar, a simples leitura dos textos que embasaram a Reforma do Ensino Médio nos oferece indícios de que são os sistemas de ensino que escolherão os itinerários a serem ofertados aos estudantes

A reforma do ensino médio, como propõe o Ministério da Educação (MEC, 2017), visa flexibilizar a grade curricular, permitindo ao aluno escolher os componentes curriculares que pretende aprofundar seus estudos de acordo com a área de conhecimento. Inicialmente proposta através da medida provisória nº 746/2016 e posteriormente transformada em projeto de lei de conversão nº 34/2016, a medida se propõe a nortear o ensino médio através da Base Nacional Curricular, instrumento normativo flexível quanto à sua alteração de conteúdo.

O Ensino Médio é considerado um dos momentos finais do processo de formação básica do indivíduo, isto é, uma passagem crucial em sua formação pessoal (para escolha profissional, para progressão nos estudos, etc.). Além disso, criam-se muitas expectativas em relação ao poder de formação da disciplina de Sociologia, em especial na formação política das pessoas, uma vez que se relaciona, por exemplo, “conhecimentos de Sociologia” ao “exercício da cidadania” e à capacidade de um pensamento crítico. Dessa forma, devemos entender a presença ou ausência da Sociologia nos currículos como indício de escolhas.

2.3 O LIVRO DIDÁTICO DE SOCIOLOGIA E SUAS MODIFICAÇÕES

Os primeiros manuais didáticos de uma nova área de conhecimento compreendem, juntamente com coletâneas de textos e dicionários, as primeiras tentativas de sistematização do conhecimento sociológico. Através de livros introdutórios, os autores apresentaram temas, por lemas e conceitos da Sociologia empírica e teórica. Juntaram e expuseram, de

maneira didática, procedimentos e métodos considerados adequados a análise sociológica. Assim, os livros simultaneamente constroem e dividem o novo campo de conhecimento.

Os primeiros manuais de sociologia são parte valiosa do processo de institucionalização de uma nova disciplina científica é composto por um complexo de iniciativas destinadas a definição intelectual e institucional da nova área de conhecimento. O desenvolvimento das edições de livros didáticos de sociologia nas primeiras décadas no Brasil, consta que a publicação de um conjunto significativo de obras introdutórias ao conhecimento sociológico ocorreu de modo repentino, na década de 30.

Com efeito, entre os anos de 1931 e 1945 cerca de duas dezenas de livros didáticos de sociologia foram ou locados no Brasil. Eram, pois livros introdutórios resumidos, dicionários, coletâneas de textos e periódicos destinados ao ensino secundário regular, aos cursos de magistério, faculdades e universidades. Se trata de um conjunto significativo de obras, revelador do estabelecimento de um sistema de difusão do conhecimento sociológico. O surgimento do primeiro conjunto de livros didáticos de sociologia esteve particularmente relacionado a dois fatores: a consolidação da disciplina no sistema de ensino regular, e ao surgimento de um mercado editorial favorável ao investimento na área sociológica.

Logo após a sociologia se tornar obrigatória nas escolas, no ano de 2011 a sociologia também é incluída pela primeira vez, no Programa Nacional do Livro Didático- PNLD, no qual tem o objetivo de auxiliar o trabalho pedagógico por meio da distribuição de coleções de livros didáticos na educação básica. O MEC faz a publicação de um "Guia de Livros Didáticos", com resenhas das coleções consideradas aprovadas, e envia para as escolas, que escolhem entres os títulos disponíveis o que melhor vai atender o seu Projeto Político Pedagógico- PPP. Dessa forma, surgiram vários debates para saber como os conhecimentos e especificidades da Sociologia deveriam ser expressos nos livros didáticos.

Na primeira edição do PNLD que contou com a presença da Sociologia no processo de seleção foram inscritos 14 livros, dos quais dois foram aprovados. No PNLD 2015 ocorreu um leve decréscimo no número de livros inscritos, foram 13, porém um aumento significativos de obras aprovadas, forma seis no total, o que aponta para duas questões relevantes: ocorreu uma melhoria

no processo de produção dos livros didáticos da área de sociologia, o que reflete o impacto dessa política pública, ocasionando um maior esforço por parte de autores e editoras para melhorarem tais materiais; e em segunda análise é que esse dado pode indicar ainda um processo de adequação dos livros a um determinado modelo de produção do livro didático, de tal forma que, apesar dos impasses existentes acerca do ensino de sociologia, se encontraria em curso um cenário no qual as políticas públicas tem impactado diretamente na produção de uma maior confluência desse tipo de produção.

Note-se que há uma melhoria da qualidade dessas obras, pois se triplicaram os livros com alguma qualidade teórica e didática. Entretanto, ao analisarmos esses livros percebemos alguns desafios que apontamos no Guia do Livro Didático-PNLD-2015. O processo de mediação pedagógica produz alguns riscos, o mais frequente é o reducionismo das teorias, a não operação com os conceitos e a falta de diálogo entre nossas disciplinas Antropologia, Ciência Política e Sociologia. O uso de imagens, fotos, pinturas, grafites, desenhos também padece de contextualização e são usados como ilustrações muito mais do que como provocações, problematizações dos conteúdos (Gonçalves, 2014, p. 283).

Seis livros aprovados no PNLD 2015 foram: Sociologia e para jovens do século XIX; Sociologia para o Ensino Médio; Sociologia em Movimento; Tempos Modernos, tempos de Sociologia; Sociologia e Sociologia Hoje, o que incluiu tanto a parte dos livros utilizados em sala de aula pelo discentes, como o que manuais do docente.

O livro Sociologia para jovens do século XXI, escrito por Luiz Fernandes de Oliveira e Ricardo Cesar Rocha da Costa (2013), foi publicado pela Editora Imperial Novo Milênio e possui 499 páginas (livro do professor). O manual está dividido em três unidades e possui 22 capítulos. No final de cada capítulo, existe uma seção denominada “Interdisciplinar”, que procura dialogar com as outras disciplinas da Educação Básica. Nele existe uma seção intitulada “interatividade”, onde há uma divisão mais específica contendo: Revisão do capítulo: com questões sobre o conteúdo visto; Dialogando com a turma: uma série de questões que propõem debates com os colegas e atividades; Verificando o seu conhecimento: contendo questões semelhantes às encontradas nos vestibulares e no ENEM; Pesquisando e refletindo: onde se propõem sugestões de livros, filmes, sites da internet e músicas relacionados à

temática vista no decorrer do capítulo, e Filme em destaque: onde é possível encontrar a sinopse de um filme relacionado à temática do capítulo.

No livro do professor, os autores sugerem, no fechamento de cada capítulo, “pesquisas de opinião na comunidade escola ou a elaboração de jogos e vídeos quando necessário ou possível” (Oliveira e Costa, 2013, p. 412)

Sociologia para o Ensino Médio, escrito por Nelson Dacio Tomazi (2013), foi publicado pela Editora Saraiva e possui 463 páginas (livro do professor). Em sua terceira edição, o manual está dividido em sete unidades e possui 23 capítulos. No final de cada unidade há uma seção denominada “Leitura e atividades”, subdividida em vários tópicos, organizados da seguinte forma: Para refletir: contém reportagens, crônicas, charges, textos curtos, etc. que problematizam o conteúdo visto no decorrer de cada unidade; além disso, este tópico traz algumas perguntas e questões para o aluno responder. Para organizar o conhecimento: possui charges, fragmentos de textos sociológicos, quadros, etc., relacionados com a discussão dos capítulos da unidade. Estes tópicos também contêm questões para o aluno relacionar e responder.

Para pesquisar: contém proposições de pesquisas, algumas com utilização de métodos, como a entrevista e o questionário, outras apenas salientam a utilização de pesquisas em fontes como jornais, revistas, internet, livros, fotos, gravações, e, em alguns casos, apenas a pesquisa como “levantamento de informações” sem necessariamente apresentar as técnicas para a realização dessa tarefa. Livros recomendados: este tópico traz sugestões de livros com pequenas sinopses apresentando o conteúdo dos mesmos. Sugestão de filmes: nesta parte, o autor apresenta algumas sugestões de filmes e documentários com seus respectivos resumos. Por fim, há uma parte intitulada “Conexão de saberes” onde é apresentada uma série de elementos sociais, culturais e econômicos que se relacionam com outras disciplinas da Educação Básica.

Sociologia em movimento é o terceiro livro didático. Ele foi escrito por um conjunto de 19 autores (Silva et al., 2013) e foi publicado pela Editora Moderna; o livro contém 551 páginas, sendo que 111 são referentes ao livro do professor. Dividido em seis unidades, contém 16 capítulos. Ao fim de cada capítulo é possível encontrar uma parte denominada “Considerações sociológicas”, destinada a apresentar textos escritos por autores das Ciências

Sociais que discutem temas relacionados ao conteúdo do capítulo. Em seguida há uma seção intitulada “Instrumento jurídico” que aborda leis, pareceres e textos legais que retratam assuntos relacionados com o conteúdo abordado. Também há uma seção denominada “Indicações”, onde é possível encontrar uma série de recomendações de filmes, vídeos, livros e sites que visam agregar informações sobre o conteúdo de cada capítulo. Por fim, destaca-se a seção “Atividades”, dividida em vários tópicos, descritos a seguir:

Reflexão e revisão: contém perguntas e questões para o aluno responder. Questão para o debate: a partir de pequenos textos, os autores sugerem atividades práticas e teóricas confrontadas com a realidade social dos estudantes. Exame de seleção: contém questões dos vestibulares passados, Questão para pesquisa: a partir do que foi tratado no capítulo, os autores propõem a realização de pesquisas com aplicação de instrumentos metodológicos. Assim são propostos entrevistas, questionários, enquetes junto à escola, associações, comunidade, entidades representativas, etc. Conforme o assunto tratado, a metodologia é apresentada de forma a responder questões propostas pelos autores.

O livro Sociologia hoje, escrito por Igor José de Renó Machado, Henrique Amorin e Celso Rocha de Barros (2013) ne editado pela Ática de São Paulo, teve sua primeira publicação em 2014. A versão do professor contém 424 páginas distribuídas em três unidades com cinco capítulos cada uma. A introdução apresenta as Ciências Sociais, fazendo uma relação entre Antropologia, Sociologia e Ciência Política. As três unidades do livro estão distribuídas de forma a discutir com os temas relacionados a cada uma dessas áreas, seus respectivos autores e conceitos referentes a cada disciplina.

No final de cada capítulo é possível visualizar atividades contendo tópicos assim intitulados: Revendo: uma série de questões para que o aluno responda conforme o conteúdo visto no decorrer do capítulo. Interagindo: letras de músicas, charges, etc., fazem parte deste tópico e estão relacionados aos conteúdos. Contraponto: também traz uma série de poemas, charges, imagens que se relacionam com o conteúdo. Sugestões de leitura: com livros e suas respectivas sinopses. Filmes: sugestões de filmes, suas sinopses; tanto os livros quanto os filmes se relacionam com o conteúdo visto no decorrer de cada capítulo. Internet: uma série de sites que remetem às questões debatidas.

O quinto livro, *Sociologia*, foi escrito por Silvia Maria de Araújo, Maria Aparecida Bridi e Benilde Lenzi Motim (2013). Publicado pela editora Scipione, teve a primeira edição em 2013, com um total de 376 páginas (incluindo o manual do professor) divididas em 11 capítulos. Cada capítulo possui tópicos relacionados com: Pesquisa: onde as autoras sugerem determinadas atividades relacionadas com os conteúdos trabalhados. Debate: proposições para o debate em sala de aula.

Pausa para refletir: leituras complementares aos conteúdos trabalhados. Encontro com os cientistas sociais: textos de autores nacionais e internacionais das ciências sociais. Diálogos interdisciplinares: atividades que dialogam com outras disciplinas. Revisar e sistematizar: questões que trabalham com temas-chave do conteúdo. Descubra mais: possui sugestões de bibliografia, lista de filmes e documentários e sites relacionados com o conteúdo do capítulo. Além disso, no final de cada capítulo, as autoras acrescentam uma bibliografia relativamente extensa sobre autores das Ciências Sociais relacionados com o conteúdo trabalhado no capítulo.

As autoras (Araújo et al., 2013) salientam que a pesquisa é um elemento fundamental no processo de aprendizagem e salientam que as atividades de pesquisa em grande medida necessitam uma relação com o cotidiano das aulas de sociologia. Nas palavras das autoras.

No decorrer do ano letivo, algumas pesquisas devem ser propostas como atividade cuidadosamente planejada, antecedida de um roteiro preparado pelo professor contendo o tema a pesquisar, os prazos e as sugestões de questões a resolver pela investigação, além de bibliografia básica recomendada e de fontes confiáveis a serem consultadas (Araújo et al., 2013, p. 317).

O sexto livro, *Tempos modernos, tempos de Sociologia*, manual do professor, foi escrito por Helena Bomeny, Bianca Freire-Medeiros, Raquel Balmant Emerique e Julia GalliO'Donnel (2013). Em sua segunda edição, de 2013, foi publicado pela Editora do Brasil. O livro possui 383 páginas, mais 112 páginas referentes ao manual do professor. Está dividido em 22 capítulos distribuídos em três partes. Além disso, possui no final um tópico intitulado

“Conceitos sociológicos” destinado a apresentar uma gama de conceitos referentes à disciplina e um índice remissivo.

No final de cada capítulo há uma série de exercícios de assimilação e reflexão sobre o conteúdo trabalhado no decorrer do capítulo. Além da seção de filmes contida na seção denominada “Sessão de cinema” há um tópico denominado “construindo seus conhecimentos” com uma série de perguntas relacionadas com o conteúdo de cada capítulo. Adiante é possível perceber a dinâmica de questões ligadas aos exames de admissão no ensino superior.

A seção “De olho no ENEM” traz uma série de questões dos Exames passados, assim como a seção “Exercitando a imaginação sociológica”, que aborda trechos de textos clássicos e contemporâneos de temas que foram tratados em diversos vestibulares de admissão ao ensino superior do país. Por sua vez, os tópicos “Assimilando conceitos” e “Olhares sobre a sociedade” abordam conteúdos de forma mais dinâmica, apresentando charges e músicas com a proposição de relação desses artefatos com os conceitos trabalhados no decorrer de cada capítulo.

2. O LIVRO DIDÁTICO NO ENSINO MÉDIO: UMA ANÁLISE DO ENSINO DE SOCIOLOGIA

No Novo Ensino Médio, os livros de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas são organizados em seis volumes. Cada volume é autocontido e não tem sequência no livro seguinte. A abordagem interdisciplinar dos livros valoriza os conhecimentos prévios dos alunos e apresenta a pesquisa como princípio pedagógico. O objetivo é que o aluno desenvolva a autonomia na busca e sistematização do conhecimento.

As disciplinas que compõem as Ciências Humanas e suas Tecnologias são: História, Geografia, Filosofia, Sociologia. No Novo Ensino Médio, os alunos podem escolher itinerários de formação, como linguagens e ciências da natureza. As escolas devem oferecer no mínimo dois Itinerários Formativos, mas nem todas terão itinerários que abranjam as Ciências Humanas.

Com a reforma do Novo ensino médio, em 2017, e a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em 2018 ocorreu uma redefinição do PNLD, em 2021, que traz uma perspectiva interdisciplinar, na qual a Sociologia,

em vez de ensinada como disciplina escolar com identidade própria, passa a estar relacionada com outros componentes curriculares (Filosofia, Geografia e História) e junto com esses componentes, passa a compartilhar com eles competências e habilidades a serem desenvolvidas pelos estudantes no contexto da área denominada Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (CHSA).

Compreende-se que a pretensão de empreender a análise de uma disciplina escolar em sua estrutura e práticas docentes não deve prescindir de tratar: da história da disciplina; do contexto de sua implementação no ensino; e dos desafios concernentes e recorrentes à prática de transmitir o que se quer ensinar. Esses três fatores analítico-descritivos, no entanto, não nos fornecem outros tipos de informações pertinentes à descrição e à análise do processo de ensino-aprendizagem. Os tipos de conteúdo ministrados e as formas discursivas selecionadas para a transmissão desse conteúdo, notadamente, tendem a constituir lacunas explicativas, se não forem investigados os materiais didáticos através dos quais estudantes e professores têm acesso ao conhecimento produzido, contextualizado e sistematizado relativo à disciplina.

Assim, o PNLD constitui política fundamental para o fortalecimento e a justificação da presença do ensino de Sociologia, tendo em vista que, a partir de 2012, configura-se como uma nova fase da produção de material didático da disciplina para as escolas públicas. Os livros didáticos de Sociologia, presentes nos editais do PNLD em 2012, 2015 e 2018, foram distribuídos em todo o país. Observa-se que a existência de um programa nacional de livros didáticos tem sido fundamental para a continuidade da Sociologia na Educação Básica, sobretudo no caso de uma disciplina escolar historicamente intermitente e cujo valor como conhecimento legítimo tem sido colocado frequentemente em questão (Neto, 2021).

Contudo, a partir da Reforma do Ensino Médio, da homologação da BNCC e das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, o PNLD 2021 já não se refere às disciplinas, mas às “áreas do conhecimento” (Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Linguagens e suas Tecnologias e Matemáticas e suas Tecnologias), que aglutinam diferentes “saberes”: saber que; saber fazer; saber ser; baseados em conhecimentos (os “conteúdos”) dos diferentes “componentes curriculares” e na sua mobilização em diferentes contextos para a resolução de problemas,

estruturando apenas um único material didático para cada área. Nesse sentido, a interdisciplinaridade, tal como concebida na BNCC, acarretou uma estruturação dos currículos estaduais, dos materiais didáticos que, conseqüentemente, podem vir a exercer uma série de efeitos na organização do trabalho pedagógico.

Os livros didáticos seguem os requisitos do edital do PNLD-2021. Segundo o edital, Ciências Humanas e Sociais passará a ser contemplada com seis livros, um livro por semestre, não seguindo uma sequência ou de forma cronológica e sem identificação de disciplina. As quatro disciplinas devem estar misturadas seguindo uma abordagem interdisciplinar. O livro do aluno contém 160 páginas no máximo, incluindo índice, atividades, bibliografia imagens, gráficos e mapas.

Os componentes (Sociologia, Geografia, Filosofia e História) não terão divisão igual. Isso significa dizer que, 35% para História, 35% para Geografia, 15% para Filosofia e 15% para Sociologia. Em quantidade de páginas, equivale a 53 páginas para Geografia e o mesmo para história, 23 páginas para a disciplina de Sociologia e o mesmo para filosofia (as oito páginas restantes são para abertura, apresentação e índice). O livro do discente deve discutir todas as competências gerais, específicas e habilidades de cada área do conhecimento. Deve ainda destacar temas contemporâneos transversais: meio ambiente, economia (educação, educação financeira, trabalho educação fiscal), saúde (educação alimentar e nutricional), cidadania e civismo. Cada livro do discente acompanha manual impresso do docente com um vídeo-tutorial por volume.

As obras didáticas do PNLD 2021 foram divididas em cinco objetos: Objeto 1, referente às obras de Projeto de Vida e Projetos Integradores; Objeto 2, referente às obras por área do conhecimento e obras didáticas específicas; Objeto 3, referente às obras de formação para professores e gestores; Objeto 4, referente aos recursos educacionais digitais; e Objeto 5, referente às obras literárias.

O objeto 1, que, ao se propor a inaugurar o Projeto de Vida, é pensado para ajudar o aluno em questões ligadas aos sentimentos: autoconhecimento; expansão e exploração do mundo; relações sociais e planejamento do futuro no âmbito pessoal e profissional. Dessa forma, parece uma boa temática para ser trabalhada com jovens por um profissional da

psicologia, entretanto o objeto não especifica o profissional mais adequado que possa ministrar, então não se pode garantir que seja abordado da melhor maneira com os alunos. É contraditório a justificativa do “Novo Ensino Médio” que seria o problema de haver disciplinas demais, incluir os projetos de vida (Carvalho, 2021, s/p).

As obras destinadas aos projetos integradores devem ser compostas por 6 projetos para cada área do conhecimento, todos acompanhados de vídeo tutoriais, com temas voltados para Ciência, Tecnologia, Engenharia, Arte e Matemática (STEAM), Protagonismo Juvenil, Mídia educação e Mediação de Conflitos. Trabalhados conforme às competências exigidas pela BNCC, o objetivo é desenvolver no estudante a criatividade, resolução de problemas e a cidadania, de maneira contextualizada e interdisciplinar.

No objeto 2, que a divisão do material é feita de maneira interdisciplinar por áreas do conhecimento. Além de gerar confusão aos professores na hora de preparar as aulas, tende a promover o apagamento de algumas disciplinas como a sociologia, que quase não é citada no edital. Como sugerem os dados, a sociologia já tem a maioria dos professores sem formação na área. Logo, essa organização curricular por áreas do conhecimento pode comprometer o ensino, servindo de pretexto para a não contratação de profissionais com qualificação para cada disciplina, então, qualquer professor das ciências humanas poderia lecionar sociologia (Carvalho, 2021, s/p).

Para aplicabilidade dessas mudanças curriculares, é proposto as obras de formação continuada, voltadas para professores e gestores no exercício da interdisciplinaridade. Ou seja, a atuação em sala de aula não será mais feita de maneira autônoma pelo professor

Portanto, para subsidiar os professores de todo país nesse novo contexto, é preciso considerar a formação continuada desses sujeitos em quatro dimensões distintas: 1.1.1. Conhecimento de si, do outro e do nós (miniprojeto de vida para os professores); 1.1.2. O saber disciplinar em xeque (problematização do isolamento disciplinar); 1.1.3. Área de conhecimento em foco (problematização da interdisciplinaridade); 1.1.4. Repensando a avaliação (mapeando de novos processos de avaliação). 1.2. As obras de Formação continuada para professores devem desenvolver as quatro dimensões supracitadas de forma concatenada ao longo da obra. (PNLD, 2021, pag. 89).

Acerca do objeto 4, que são os recursos digitais, uma das maiores mudanças é a possibilidade de oferta de até 20% da carga horária no regime à distância. Ainda não se sabe como será garantido o aprendizado dos alunos e o acesso aos recursos eletrônicos. Mais uma vez é importante considerar que isso pode ser mais um pretexto para não contratação de professores, já que o material digital fica a cargo das editoras.

O objeto 5 será escolhido e entregue em 2022, é referente às obras literárias enviadas juntamente com vídeo tutoriais de línguas portuguesa e inglesa destinados a alunos e professores, a proposta é desenvolver no aluno a interpretação e o gosto pela leitura (Brasil, 2021). Dessa forma, tanto o PNLD 2022 quanto as demais mudanças na educação que implicaram em sua nova adequação, simbolizam e materializam em um sentido programático, uma agenda governamental pautada em uma retomada no ensino tecnicista que tem como objetivo aumentar ainda mais a distância daqueles que podem ter acesso a uma educação em promoção das faculdades intelectuais e autonomia do sujeito.

3.1 ANÁLISE DA COLEÇÃO MULTIVERSOS E A DISCIPLINA DE SOCIOLOGIA

Figura 1- Coleção Multiverso



1a edição 2020, livros didáticos ensino médio. PNLD 2021. Manual do professor. Editora FTD

A análise desta coleção foi escolhida após observar as mudanças dos livros didáticos do momento em que estudei no ensino médio e os livros que tive contato na disciplina de estágio, me chamou a atenção a maneira em que os novos livros são divididos e como os conteúdos são repassados aos professores e dos professores aos alunos.

Antes da reforma do Novo Ensino Médio, os livros didáticos eram separados por disciplinas, após o Novo Ensino Médio os conteúdos das disciplinas passaram a ser elaborados em um mesmo livro didático, a sociologia foi introduzida na área de Ciências Humanas Aplicadas e Sociais, juntamente com as disciplinas de história, filosofia e geografia. Assim o PNLD 2021 uniu os novos livros repassados as escolas. Um dos livros escolhidos foi a Coleção Multiversos, contendo seis livros, dois livros para cada ano, sendo usado um em cada semestre.

A Coleção Multiversos Ciências Humanas Aplicadas e Sociais, da editora FDT, possui três autores, Alfredo Boulos Junior, doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC- SP) e mestre em História Social pela Universidade de São Paulo (USP-SP), Edilson Adão Cândido da Silva, mestre em ciências (área de concentração: geografia humana) pela Universidade de São Paulo (USP) Bacharel e licenciado em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP) e Laércio Furquim Junior, Mestre em ciências (área de concentração: Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (USP), bacharel e licenciado em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP).

A necessidade e pressão social no contexto de melhores e maiores circunstâncias na oferta de escolarização básica nacional, resultante de uma sociedade predominantemente urbana com brechas sociais, econômicas e culturais atuais, apresentam a educação intelectual como uma opinião para melhor oferta de qualidade de educação básica no território brasileiro. Esse novo modelo pode ser pautado em uma educação escolar livre e independente, como apresentado pelo modelo de escola unitário do estudioso, Antônio Gramsci, ele supõe que a escola enquanto um ponto de equilíbrio justo para desenvolver capacidades intelectuais (Nascimento, 2008).

Dentro desse cenário, a proposta de um modelo de ambiente escolar unitário apresenta a conformidade da seriedade intelectual e propõe simultaneamente, uma escola que é voltada ao ensino mais técnico e orgânico, associando a sociedade industrial moderna, através de princípios que produzam ensino entre prática e teoria, bem como, trabalho Manual e intelectual (Nascimento, 2008).

Em relação ao movimento histórico temporal, o que se identifica historicamente é uma sequência de mudanças ao passar do tempo, que acabam mostrando um cenário onde a educação deixa de ser integral, e começa a ser de caráter unilateral, pois atender cada vez mais as necessidades demonstrada pelo modelo econômico. Assim, esse cenário, pode incluir a educação do proprietário dos meios de produção se demonstra unilateral, dado que é distante do entendimento quanto ao processo de trabalho manual, e assim não atente a capacidade de entendimento quanto as tantas possibilidades de conhecimento realizadas pelo ser humano (Silva; Boutin, 2018).

. Marx destaca que é indispensável que a construção do indivíduo seja quebrada na liberdade e racionalidade, necessárias para uma sociedade democrática. Marx sugere que aconteça uma superação de ideia idealista e individualista de emancipação, de forma a expandir esse conceito para que se torne acessível para toda a sociedade, que resultaria em um cenário de conhecimento para toda a sociedade, assim seria combatido os mecanismos de dominação e alienação na sociedade (Ambrosini, 2012).

Por sua vez, Paulo Freire, por meio da teoria pedagógica pautada em valores humanistas, com olhar voltado para transformação social. Com base na identificação do ser humano enquanto ser responsável por sua construção

histórica, Paulo Freire supõe que os indivíduos menos favorecidos, que ele chama de oprimidos, são organizados coletivamente por meio de evidente desnivelamento crítico quanto os aspectos sociais, a partir das Educação, eles também são capazes de participar da ação educativa emancipatória (Freire,2005).

Diferente dos Livros Didáticos antes do novo Ensino Médio, os novos Livros Didáticos acabam contendo uma quantidade menor de unidades, capítulos e páginas significativas, o Livro Didático da coleção Multiversos contém 288 páginas, na qual apenas 160 são destinadas aos discentes, incluindo nessas 160 páginas contra capa, apresentação, sumário, o conteúdo a ser ministrado pelo docente ao discente e uma atividade no final de cada capítulo. As 128 páginas restantes são destinadas com orientações aos docentes, como um material de apoio aos professores, projetos educacionais e o novo ensino médio, metodologias ativas de aprendizagem.

Avaliando o Livro Didático do Novo Ensino Médio no ensino de sociologia, percebe-se que, como agora são divididos por conteúdos e não mais por disciplina, este mesmo livro que contém apenas 160 páginas contendo os conteúdos a serem ministrados, não são ministrados apenas por uma única disciplina, mas sim por quatro: Sociologia, Filosofia, História e Geografia. Os professores de cada escola devem se reunir e com a ajuda do Manual dos professores, eles têm a obrigação de selecionar os conteúdos de suas disciplinas, pra que um professor não entre no conteúdo do outro e devem se preocupar pra observar a linha de pensamento que vão seguir durante a ministração desses conteúdos.

Como observado na descrição dos autores da coleção Multiversos, o livro possui apenas três autores, na qual nenhum desses tem uma formação na área das Ciências Sociais, apenas na área de geografia e história. O que acaba afetando as demais disciplinas inclusive a sociologia, dado que, em nenhum momento no Livro didático é apresentada a disciplina de Sociologia de forma direta, a disciplina é apresentada apenas através dos conteúdos, os seus principais teóricos não são apresentados de maneira explícita.

Na parte do material de apoio do professor, os autores apresentam um planejamento bimestral com uma sugestão de trabalho, que pode ser dividida de acordo com a formação curricular do professor, ou pode também ser ministrada

pelo professor que é responsável por determinada área na escola que atua como professor, visto que, nem todo professor ministra aula na sua área de formação. Assim entra a atuação da interdisciplinaridade no novo ensino médio, pois será onde ocorrerá uma interação entre as disciplinas, dentro desse planejamento bimestral do livro didático Multiversos, os assuntos são divididos entre as duas unidades e em seguida é exposto o tema de cada capítulo, indicando quais são as disciplinas que devem trabalhar determinado conteúdo e onde melhor se encaixa.

Apesar dessa nova divisão do livro didático multiversos acompanhar um material de apoio aos docentes e o edital do PNLD 2021 apresentar aos professores que a organização curricular mudaria com a entrada da interdisciplinaridade foi uma confusão para os docentes para compreenderem como funcionaria o novo ensino médio e os novos livros didáticos, visto que, antes do edital do PNLD 2021 os livros eram enviados para as escolas de forma separada e escolhidos por cada docente responsável por sua área, após a nova reforma os professores da área das ciências humanas sociais aplicadas, devem entrar em determinado acordo para realizar a separação dos conteúdos de cada área, com a ajuda do planejamento bimestral, algo que auxilia os professores a ministrar os conteúdos com o livro da coleção Multiversos é a Matriz curricular, que é um documento que define os conteúdos e as disciplinas que serão abordadas em cada ano ou série escolar. Ela é um ponto de partida para o desenvolvimento dos alunos, e deve ser planejada, escrita e executada pelas escolas. A matriz curricular do ensino médio do Novo Ensino Médio é composta por: Formação Geral Básica (FGB): A parte curricular comum, que todos os estudantes devem adquirir. Itinerários Formativos (IF): A parte flexível do currículo, que os estudantes podem escolher de acordo com seus interesses. Os IF são formados por Projeto de Vida, Eletivas e Aprofundamentos.

No livro Ciências Humanas Sociais Aplicadas, a integração das disciplinas e suas áreas de conhecimento alinhadas podem enriquecer a visão dos alunos, permitindo que eles compreendam que um mesmo tema possa ser estudado a partir de diferentes pontos de vista, ressaltando que, alguns conteúdos, são ministrados pelas quatro disciplinas: sociologia, filosofia, história e geografia, porém de maneiras diferentes, assim uma disciplina auxiliando a outra ajuda a identificar, classificar e analisar certas estruturas sociais. Por outro

lado, a forma em que os conteúdos são repassados nos livros didáticos de ciências humanas do Multiversos deixa a desejar, pois os conteúdos acabam sendo apresentados no livro de maneira superficial.

Assim se perde muito conteúdo, e isso pode acabar gerando uma perda de conhecimentos pros alunos, e como resultado ao invés de enriquecer o conhecimento, pode gerar um desafio maior pra educação dos alunos e não atingir o objetivo principal da sociologia, que é ajudar os discentes a terem uma visão crítica, analisar a sociedade e ter uma compreensão da complexidade do mundo.

A questão interdisciplinar pode ajudar ao aluno a entender e associar o mesmo conteúdo em diferentes áreas, mas pode acabar sendo um impacto negativo na disciplina de sociologia, em razão a observação que é feita, onde nos livros da coleção Multiversos apenas 15% é destinado a disciplina de sociologia, e em peso, nenhum dos autores tem formação em ciências sociais, algo que se leva a pensar, como que a sociologia vai influenciar e impactar os alunos, como os alunos vão sentir interesse pela disciplina no ensino médio, e como as futuras gerações irão se interessar pelo curso de ciências sociais, se o primeiro contato da maioria dos alunos é no ensino médio, e esse contato pode ocorrer de maneira superficial.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Deve-se ter atenção a necessidade de reflexão enquanto aos novos termos de implementação da política do Novo Ensino Médio, junto com a implementação do novo ensino médio, acaba surgindo também novos desafios e impactos na educação, com os itinerários formativos e não mais divididos por disciplinas, mas sim por áreas do conhecimento.

É possível perceber a perda da obrigatoriedade da disciplina de sociologia através das mudanças da BNCC. Se apresenta também uma relação baixa na presença de autores com formação em ciências sociais e a porcentagem presente da Sociologia nos livros da coleção Multiversos. A interdisciplinaridade pode trazer benefícios ao apresentar que os conteúdos estão ligados em diferentes pontos de vista, mas também acarretar dificuldades e maiores desafios ao perceber que, no ensino médio é onde a maioria dos

alunos começam a ter contato direto com a disciplina de sociologia, e desfrutam da construção de pensamentos críticos que podem ajudar o aluno a ter um olhar crítico e aprender analisar a situação da sociedade em que está inserido, e desenvolver melhorias e melhor exercer seu papel na cidadania.

O livro didático faz parte do ensino e da construção de aprendizagem do aluno, podendo até mesmo influenciar na futuramente formação em que ele pretende fazer. Como mencionado por Marx, apesar do mercado de trabalho, a formação unilateral a qual se refere a uma formação capaz de considerar todas as dimensões que representam a individualidade do ser humano, bem como questões objetivos e subjetivas reais que sejam necessárias para um desenvolvimento histórico pleno (Marx, 2006). Faz-se necessário observar e analisar os impactos que a inserção do Novo Ensino Médio e suas propostas causam aos indivíduos na sociedade, procurando não prejudicar o a educação e nem oferecer um ensino pausadamente.

REFERÊNCIAS

_____. Lei nº 7.044, de 18 de outubro de 1982. Altera dispositivos da Lei nº 5.692, referente à profissionalização do ensino de 2º grau. In: SÃO PAULO (ESTADO). Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. **Legislação de ensino de 1º e 2º graus (Federal)** - vol. 9. São Paulo, SP, 1982

A institucionalização da sociologia no Brasil: os primeiros manuais e cursos.-
ONLINE

BARBOSA, M.V.; MENDONÇA, S. G. L.; SILVA, V. P. **Formação de professores e prática pedagógica: Sociologia e Filosofia no ensino médio na escola atual.** In: XIII CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 29 de maio a 01 de junho de 2007, Anais...Recife: UFPE,2007.

Base Nacional Comum Curricular.

Batista, A. A. G. (2003). **Avaliação dos livros didáticos: para entender o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).** In R. Rojo & A. A. G. Batista. (Org.). Livro didático de língua portuguesa, letramento e cultura da escrita. Campinas, SP: Mercado de Letras.

BRASIL, Ministério da Educação (MEC), Secretaria de Educação Média e Tecnológica (Semtec). PCN + Ensino médio: orientações educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais – Ciências Humanas e suas Tecnologias. Brasília: MEC/Semtec, 2006. p. 87-98 Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/CienciasHumanas.pdf>

BRASIL. 2011. **Guia de livros didáticos: PNLD 2012: Sociologia.** Brasília, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 76 p.

BRASIL. 2014. **Guia de livros didáticos: PNLD 2015: Sociologia: Ensino Médio.** Brasília, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 56 p.

BRASIL. Lei 11.684, de 02 de junho de 2008. Altera o art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio. Disponível em: < <http://www.planalto.gov.br>. >. Acesso em: 10 ago. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais Ensino Médio. Parte VI. Ciências Humanas e suas Tecnologias. 2000, p. 36-43. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/cienciah.pdf>

CANDIDO, A. **A sociologia no Brasil**. Revista Tempo Social, São Paulo: USP, v. 18, n. 1, p. 271-301, jun. 2006.

Choppin, A. (2004). **História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte**. Educação e Pesquisa, 30 (3), 549-566.

FERRARI, A. T. **Fundamentos de Sociologia**. São Paulo, SP: McGraw Hill, 1983.

FNDE - **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. Ministério da Educação. Disponível em: http://www.fnde.gov.br/home/index.jsp?arquivo=livro_didatico.html. Acesso em: 20 fev. 2008.

FREITAG, Bárbara et alii. **O livro didático em questão**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História geral da civilização brasileira: a época colonial**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. v. 1.

LIEDKE FILHO, E. D. **A Sociologia no Brasil: história, teorias e desafios**. Sociologias, Porto Alegre, ano 7, n. 14, p. 376-437, jul./dez. 2005.

Livro didático de sociologia no ensino médio: uma análise na perspectiva da “colonialidade do saber”. - Online

MACHADO, C. S. **O ensino da Sociologia na escola secundária brasileira: levantamento preliminar**. Revista Faculdade de Educação, São Paulo, vol. 13, n. 1, p. 115-142, jan./jun.1987.

MACHALA, Bárbara; MATOS, Maurício. O ensino e a docência de sociologia sob o cenário da reforma do ensino médio- online

MACIEL, M. **Tendências das Ciências Sociais no Brasil: do autoritarismo à redemocratização**. Brasília, DF: Fundação Universidade de Brasília, UnB/SOL, 1986.

MARTINS, C. B. **O que é sociologia?** 38ª ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 1994

MEUCCI, S. **A institucionalização da sociologia no Brasil: primeiros manuais e cursos. 2000.** 158f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas/UNICAMP, Campinas, 2000

Ministério da Educação e Cultura. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio.** vol.3. Brasília, DF: MEC, 2006.

Oliveira, Amurabi; Pinheiro Cigales, Marcelo **A pesquisa como princípio pedagógico no ensino de Sociologia: uma análise a partir dos livros selecionados no PNLD 2015 Ciências Sociais** Unisinos, vol. 51, núm. 3, septiembre-diciembre, 2015, pp. 279-289 Universidade do Vale do Rio dos Sinos São Leopoldo, Brasil.

QUEIROZ, M. I. P. **O Brasil dos cientistas sociais não brasileiros: ensaio metodológico. Sociologia da Cultura Brasileira.** In: XIII ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. Caxambu, 1989.

RÊSES, E. S. ...E com a palavra: os alunos. **Estudo das representações sociais dos alunos da rede pública do Distrito Federal sobre a sociologia no ensino médio.** 2004. 147f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília/UnB, Brasília, 2004.

ROMANELLI, O. **O. História da educação no Brasil: (1930-1973).** 34. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

SANTOS, M. B. **A sociologia no contexto das reformas educacionais: um século de idas e vindas da sociologia no ensino médio.** 2002. Disponível em: < www.grupos.com.br. >. Acesso em: 04 jul. 2015.

SARANDY, F. M. S. **O ensino de sociologia na escola média brasileira: as lutas políticas em torno de sua obrigatoriedade e as apropriações simbólicas da disciplina.** In: 4º SEMINÁRIO DE PESQUISA DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL, Universidade Federal Fluminense/ UFF, Rio de Janeiro, março de 2011.

STRAY, Chris. Quia Nominor Leo: **Vers une sociologie historique du manuel.** In: CHOPPIN, Alain (org.) Histoire de l'éducation. n° 58 (numéro spécial). Manuels scolaires, États et sociétés. XIXe-XXe siècles, Ed. INRP, 1993

